

# EM TEMPO!

Outubro de 1988 — Nº 230 — Ano XII — Cz\$ 200,00



## PT denuncia a nova Carta

(págs. 2 e 3)

**3.º Concut: As heranças de um  
Congresso polêmico**

(págs. 6 e 7)



**México A crise no  
coração do regime**

(págs. 8 e 9)

# PT DIZ NÃO À NOVA ORDEM

*Os solitários quinze votos do PT no Congresso Constituinte representam a continuidade da luta contra a "Nova República", que galvanizará milhões.*

Quando o Diretório Nacional do PT se reuniu no dia 19 de setembro para deliberar sobre a posição do partido frente à nova Constituição, ele já tinha atrás de si um acúmulo de discussões e o posicionamento de várias instâncias de direção regional.

A proposta majoritária nos Diretórios Regionais de São Paulo e do Paraná havia sido a de votar **não** e de assinar a nova Constituição. A maioria do Diretório Regional gaúcho havia indicado o voto **não** e a não assinatura. Enfim, a posição do Diretório Regional do Mato Grosso do Sul fora favorável à assinatura.

A Comissão Executiva Estadual do Rio fora pelo voto **não** e pela não assinatura. A de Minas pelo voto **não** mas pela assinatura. A do Acre definira posição pela não assinatura.

Sabia-se, além disso, que a posição majoritária na bancada de deputados federais era pelo voto **sim** diante da nova Constituição. E que apenas Virgílio Guimarães defendia a não assinatura do novo texto Constitucional.

## As definições

Após um debate que polarizou 32 intervenções, decidiu-se encaminhar separadamente a definição do voto e da assinatura.

Na definição do voto diante da nova Constituição, 33 membros do Diretório Nacional votaram pelo **não**; sete pelo **sim**; um se absteve. Entre os sete que votaram **sim** estão: Lula, Olívio Dutra, Plínio de Arruda Sampaio, Paulo Delgado, Hélio Bicudo, Geraldo Magela. O voto de abstenção foi de Vladimir Pomar.

Na votação sobre a assinatura, trinta membros do Diretório Nacional optaram pela decisão de assinar, oito pela de não assinar e três se abstiveram. Os oito que votaram pela não assinatura foram: Joaquim Soriano, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Valério Arcari, Geraldo Cândido, Francisco de Souza, Cheida e Lula (no caso, explicado como registro de uma insatisfação com o resultado da votação anterior). Entre os três que se abstiveram estão: Marcos Rolim, José Utzig.

A resolução aprovada pela Comissão Executiva Nacional que serviu de base para a posição final do Diretório Nacional, indicava seis tarefas para o PT no próximo período:

1 — fazer a denúncia sistemática do caráter conservador e antipopular da nova Constituição;

2 — elaborar planos de campanhas populares, parlamentares e jurídicas para dar vigência aos princípios constitucionais que expressem conquistas e avanços, resgatando, inclusive, o papel decisivo do PT nessas conquistas;

3 — preparar o partido com orientação política e técnica para a regulamentação da nova Constituição através das Leis Complementares e Ordinárias;

4 — preparar o partido com orientação política e técnica para a elaboração das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas dos Municípios;

5 — Engajar a militância e as instâncias partidárias na mobilização popular para a conquista de direitos e liberdades que não foram obtidos na nova Constituição, notadamente a reforma agrária, a liberdade sindical, a estabilidade no emprego, a luta contra a tutela militar;

6 — através dos mais diversos instrumentos pedagógicos, procurar esclarecer as massas a respeito destas posições e de suas razões.

## Aplicar a decisão

Por ser uma decisão tomada após um debate bastante polarizado e que não foi capaz de construir uma posição consensual, abre-se agora um período de esforço especial para aplicar a decisão.

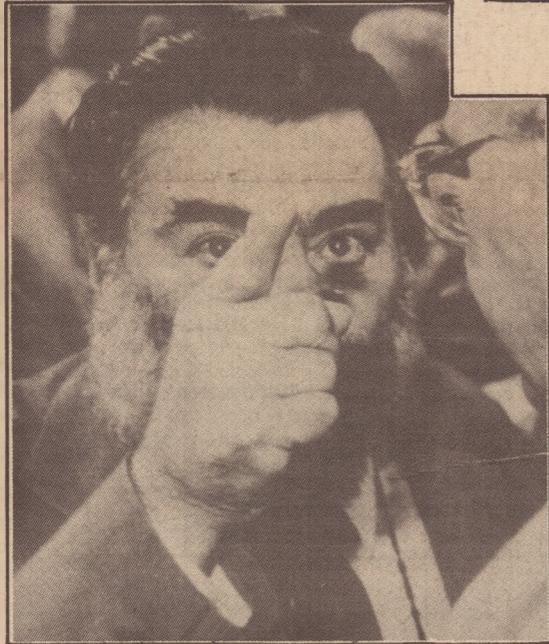
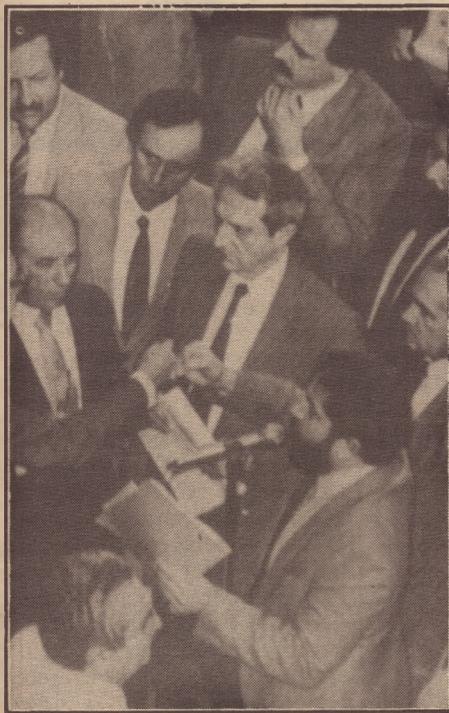
O mais grave problema apareceu exatamente três dias após a decisão do Diretório Nacional. No dia 22 de setembro, o texto final da nova Carta foi a votos no Congresso Constituinte: obteve 474 votos **sim**, 15 votos **não** e 6 abstenções. Entre os 474 votos **sim** estava o de João Paulo Pires Vasconcelos, deputado federal petista por Minas Gerais, que contrariou abertamente a decisão e a disciplina do partido. Pelo caráter extremamente importante da decisão, pelo contexto em que ela foi tomada, a atitude de João Paulo Pires é extremamente grave e deve ser objeto de avaliação e crítica formal pelas instâncias nacionais do partido.

A outra preocupação está em garantir um perfil unitário e centralizado nos jornais de massas e nas campanhas do partido. Pois esta é uma questão decisiva que terá inclusive grande influência no resultado das eleições em curso. A defesa irrestrita da nova Constituição, a propagação em massa da idéia de que a nova Constituição resolverá os problemas do país é um dos carros-chefe da campanha do PMDB.

**A maioria de 80% dos membros presentes ao Diretório Nacional que se definiram pelo voto não diante da nova Constituição não pode ser considerada artificial. Ela reflete bem as posições das instâncias regionais do partido e a tendência majoritária expressa nas recentes convenções municipais.**

*A ampla maioria pró-voto não refletiu a unidade em torno de dois pontos fundamentais: a caracterização do caráter predominantemente conservador, antidemocrático e antipopular da nova Carta, apesar de ela conter alguns avanços importantes mas isolados; a posição do PT, ao lado de capitalizar estes avanços tópicos, de lutar para que eles se tornem realidade, deveria ser a de denúncia da nova Constituição.*

*Este duplo posicionamento está de pleno acordo com a tradição política classista que o PT vem construindo desde o seu nascimento. E preserva a posição crítica global do partido frente à nova ordem que se gestou.*



## Um pequeno balanço

### O equívoco da assinatura

Ao mesmo tempo, a definição pela assinatura da nova Carta, tomada por grande maioria dos votos, introduz uma certa ambigüidade e confusão no posicionamento do partido. O desdobramento natural, lógico e conseqüente ao voto não seria a não assinatura.

O debate sobre o tema da assinatura foi erguendo uma montanha de equívocos.

Argumentou-se que a não assinatura era uma posição doutrinária, que retirava o partido da conjuntura. Agora, que a defesa irrestrita da nova Constituição se transformou no carro-chefe da campanha do PMDB, vê-se que é exatamente o contrário: a denúncia decidida e com ressalvas da nova Constituição atende à exigência do PT marcar o seu perfil próprio, de crítica à "Nova República", já nestas eleições.

Replicou-se que o desdobramento lógico da não assinatura seria um movimento insurrecional, a fuga da institucionalidade, a ilegalização do partido. De tão pouco sé-

rios, estes argumentos não se conseguiram manter: o PT é um partido socialista e, por isso mesmo, ele não confunde a defesa da democracia com a adesão às instituições e leis vigentes mas com a superação delas.

Por fim, centrou-se no argumento de que a não assinatura não correspondia à correlação de forças na sociedade e ao peso político do PT. Argumentava-se além disso, como afirma um texto da posição indicativa do Diretório Nacional tomada em 7 de agosto que o gesto da "não assinatura" poderia ser considerado caso as pequenas conquistas aprovadas no primeiro turno caíssem. O argumento é revelador da ambigüidade: se nem as pequenas conquistas fossem mantidas, é sinal de que a correlação de forças seria ainda mais desfavorável e, pela lógica da argumentação exposta, menos se colocaria a decisão pela não assinatura.

Mais além dos argumentos, a ambigüidade na posição final, no fundamental correta do PT, foi a forma encontrada para equilibrar as posições na articulação majoritária do PT e no partido diante das pressões desencadeadas sobre ele.

# O enigma não resolvido

Três fatores conspiram para que a nova Constituição não seja o lugar duradouro e definitivo da democracia no país.

O grande enigma não revelado no novo texto constitucional é exatamente aquele que tanto Ulysses quanto Sarney dizem ter resolvido: o da democracia.

Há pelo menos três fortes razões para se chegar a esta conclusão.

Em primeiro lugar, por seu caráter predominantemente conservador e antipopular a nova Constituição não indicou o caminho da resolução de nenhum dos grandes problemas da Nação.

O fantasma da dívida externa — e a odiosa opressão nacional que ela gera — estende a sua sombra para além do fim do milênio. O campo brasileiro continua devassado por um intermitente conflito, que assume em vários pontos e situações a face de verdadeira guerra civil. A inaceitável pirâmide de concentração da renda continua gravando na face da maioria dos brasileiros o estigma de subcidadãos, não alcançados pelos direitos mínimos da civilização. A estrutura sindical, instrumento fundamental em todo país capitalista para estabilizar o sistema e regular a relação entre o capital e o trabalho, permanece irresolvida e sob o trabalho profundo de erosão do movimento operário.

Um segundo motivo é o caráter antidemocrático da legislação eleitoral aprovada na nova Carta, que conserva no fundamental o espírito das leis do jogo parlamentar controlado da época do regime militar. Grande influência do fisiologismo estatal, avenidas abertas à corrupção eleitoral pelo poder econômico, desigualdade na representação dos estados em detrimento das

tendências mais progressistas, desigualdade gritante no acesso aos meios de comunicação de massa, bicameralismo com a função de guarda do conservadorismo mantido pelo Senado, desincentivo à estabilização dos partidos como verdadeiros instrumentos políticos de intervenção das classes ou setores de classe.

Em um país submetido a um grau elevadíssimo de luta de classes, a legislação eleitoral e as instituições parlamentares continuam gozando de tantos vícios que renascem já sob um forte ceticismo e descrença popular. A tendência de evolução da luta de classes é que vá se criando defasagem, atritos, confrontos entre o país real e as instituições, entre a ânsia por mudanças e o

conservadorismo dos poderes, entre a expressão direta da luta de classes e sua representação no plano parlamentar.

Em terceiro lugar, o enigma da democracia permanece porque a nova Carta absorve no interior da organização do Estado o poder militar, não em seu papel tradicional de guarda pretoriana, mas como **quarto poder**, insidioso e onipresente nas estruturas de governo. Prevê e legitima a intervenção militar em momentos de crise aguda.

A ninguém interessa mais a democracia do que aos trabalhadores. Ninguém pode realizá-la verdadeiramente senão os trabalhadores. Interessa a eles lutar por cada conquista democrática, por cada direito mínimo, gravado na nova Constituição.

Mas exatamente por este seu compromisso básico com a democracia é que os trabalhadores não podem fazer suas as palavras de Ulysses Guimarães no ato da promulgação da nova Carta: “quanto a ela, discordar sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da pátria”.

O movimento operário e socialista conjuga seus próprios verbos: “discordar, sim. Criticar, sim. Cobrar os seus direitos, sim. Descumprir, sempre que se fizer necessário. Enfrentá-la, quando tivermos força”.

Uma nova Constituição, democrática, nacional e popular, está à frente no horizonte da luta pelo socialismo no Brasil.

## A guerra constitucional continua

**P**romulgada a Constituição, a guerra continua. Eles vão utilizar o poder executivo, a maioria parlamentar, o controle do Judiciário e o poder econômico para sabotar cada pequena conquista obtida pelos trabalhadores no texto constitucional.

Podemos distinguir três níveis de atuação dos trabalhadores em relação aos direitos e conquistas consagrados ou ainda em disputa na nova Carta.

### As conquistas “auto-aplicáveis”

Estão sendo chamadas de “auto-aplicáveis” aquelas conquistas que não dependem de leis ordinárias ou complementares para entrar em vigor. O termo dá uma idéia de automatismo que é ilusória: nada garante que o texto da lei será cumprido.

É bom lembrar que uma parcela importante da classe trabalhadora brasileira, cerca de um terço, está submetida a relações de trabalho informais, isto é, sem carteira de trabalho assinada e, portanto, não usufruirá dos benefícios previstos. O mesmo provavelmente poderá ocorrer com muitas das categorias que não têm tradição sindical ou um sindicato atuante. O uso das demissões também pode driblar muitos dos direitos previstos.

O exemplo maior da distância entre o texto legal e a realidade é o do salário mínimo. Pela nova constituição (assim como na antiga) ele deve garantir ao trabalhador o atendimento de “suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente,

de modo a preservar o poder aquisitivo. “Agora, ao invés de ser fixado por decreto do presidente da República ele será definido por lei do Congresso Nacional. A luta pela sua elevação deverá ser um dos grandes veios de luta da CUT no próximo período.

Entre as conquistas “auto-aplicáveis” cuja aplicação será objeto de grandes atritos com o patronato estão: a licença-maternidade ampliada de 84 para 120 dias, a jornada semanal de 44 horas, o turno de seis horas, as férias com um terço a mais do salário, a remuneração de 50% a mais do salário normal para a hora extra. Uma batalha específica será a da garantia da extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos para os rurais.

O novo texto constitucional prevê o Mandato de Injunção, instrumento que permite a qualquer entidade sindical ou cidadão cobrar na Justiça o cumprimento de direitos previstos em lei. Mas não se sabe ainda qual será a sua eficácia real.

### Leis ordinárias e complementares

De acordo com um levantamento feito pela liderança do PMDB, há 132 itens da nova Carta que fazem referência à lei ordinária e 23 que precisam ser regulamentados por lei complementar. Os números do Planoalto são ainda mais elevados: respectivamente, 201 e 41 itens.

O processo constituinte continua. Pode durar vários anos. As leis complementa-

res para serem aprovadas têm de ser votadas pela maioria absoluta da Câmara (244 deputados) e do Senado (37 senadores). Já a legislação ordinária necessita apenas do voto da maioria simples nas duas Casas. Isso exige a presença de 50% dos parlamentares em plenário e o voto da metade deles mais um.

Vários dos itens que precisam ser regulamentados por leis ordinárias são de extrema importância para os trabalhadores. Entre eles:

— o direito de greve foi liberalizado mas uma lei ordinária regulamentará o seu exercício nos setores considerados essenciais e definirá o que são “abusos cometidos em caso de greve”; uma lei complementar regulará o direito de greve dos servidores públicos;

— foi mantido o direito da estabilidade no emprego para dirigente sindical. O dirigente pode, porém, ser demitido por justa causa caso se comprove que ele cometeu “falta grave”; a lei ordinária definirá o que é “falta grave”;

— a licença-paternidade foi definida provisoriamente em cinco dias, mas uma lei ordinária regulamentará de forma definitiva o período de licença; a licença da trabalhadora gestante foi ampliada de 84 para 120 dias mas uma lei complementar deverá definir qual a garantia de emprego da gestante;

— uma lei complementar vai regulamentar os casos de demissão imotivada;

— os recursos para a se-

guridade social (saúde, previdência e assistência) serão definidos em lei ordinária;

— o novo cálculo da aposentadoria, baseado nos últimos 36 meses de trabalho também depende de lei ordinária.

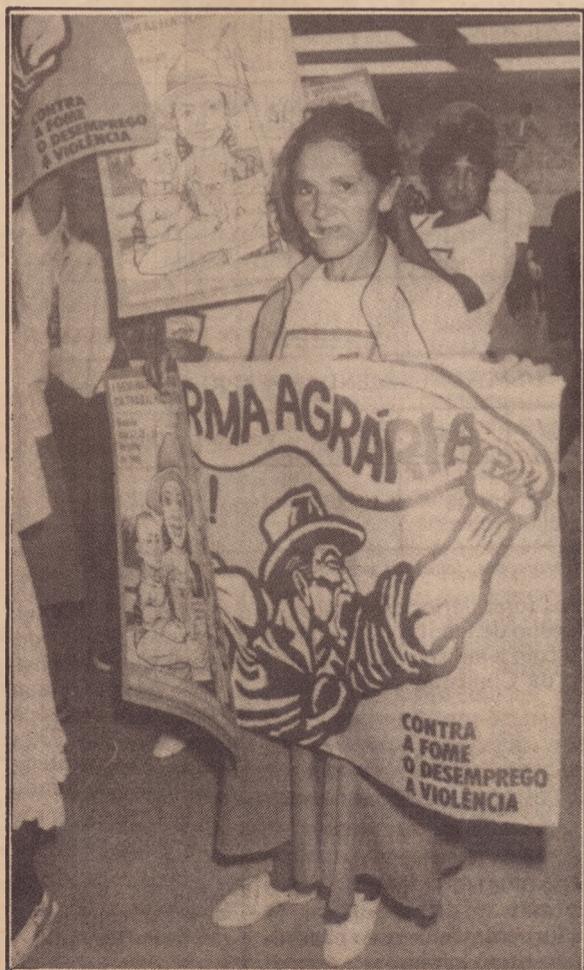
Além de contar com uma maioria no Senado e na Câmara dos Deputados, os padrões podem incentivar a tática de adiar a regulamentação destes itens previstos na Constituição, retardando a sua aplicação.

### Brechas legais

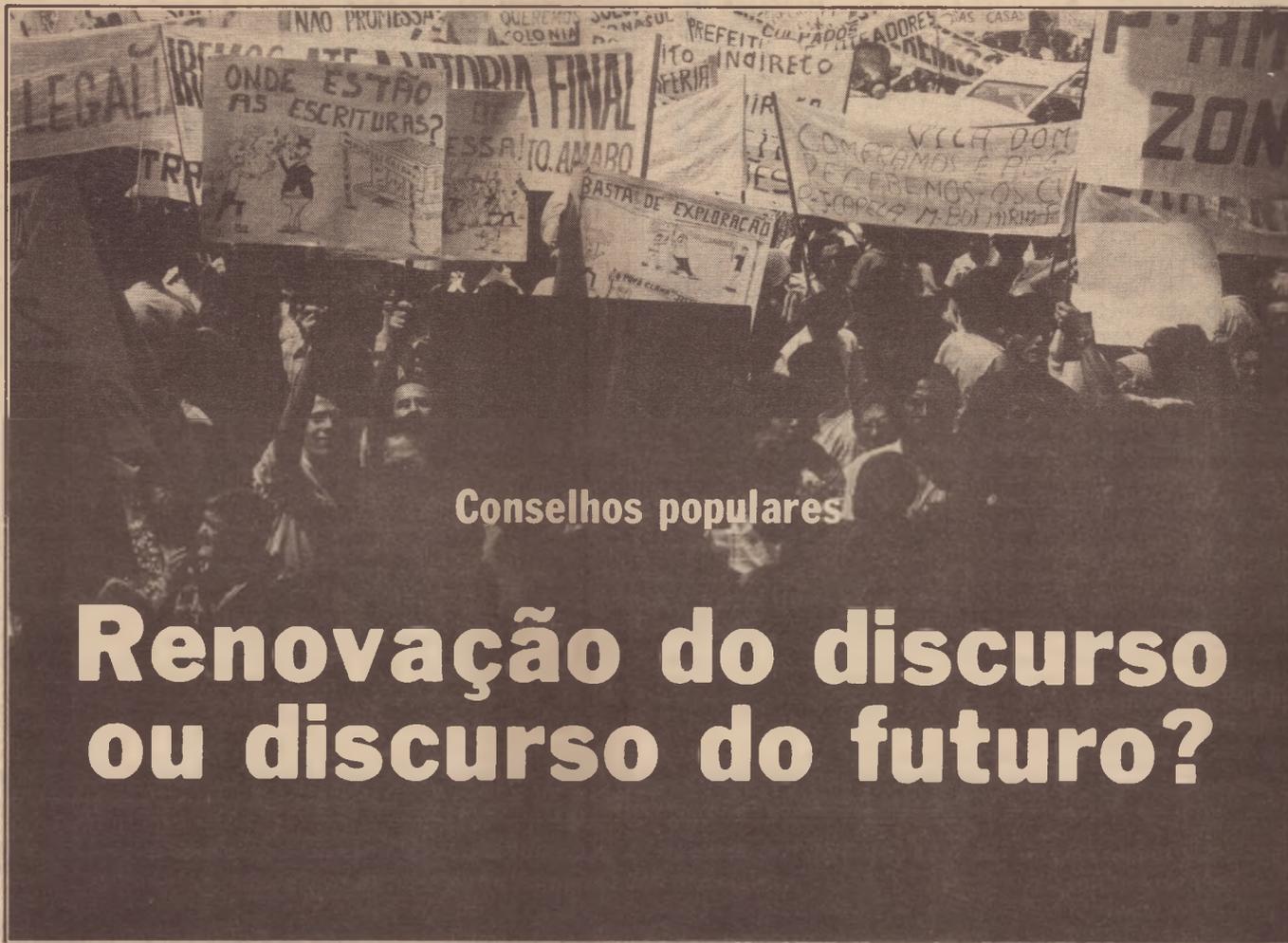
Além de lutar para a aplicação das pequenas conquistas, de brigar para que as leis ordinárias e complementares não anulem ou diminuam outros itens favoráveis, os trabalhadores precisam saber como usar das brechas legais em benefício de sua organização.

Um dos grandes limites ao avanço da CUT tem sido a ditadura do patrão na fábrica. O texto da nova Constituição, por proposta do PT, prevê que o dirigente sindical terá estabilidade no emprego, desde o registro da chapa até um ano depois de terminar o mandato. E, agora, os sindicatos poderão na assembléia da categoria decidir qual será o número de diretores do sindicato. Podem, por exemplo, definir que o sindicato deve ter no mínimo um diretor em cada fábrica.

Uma outra brecha importante é que os trabalhadores eleitos para a Cipa terão agora estabilidade de dois anos no emprego, desde o registro até um ano depois do mandato.



A luta pela terra: contra o latifúndio e a Constituição



Conselhos populares

# Renovação do discurso ou discurso do futuro?

Suzana Moura\*

**Com as eleições municipais, o debate sobre a função e o significado dos conselhos populares toma corpo no PT.**

**Reproduzimos a seguir, a importante contribuição de Suzana Moura, publicada originalmente na revista Terragente, nº 43, do Grupo de Estudos Agrários (GEA).**

O tema da “participação popular” no governo vem sendo um dos pontos privilegiados nas campanhas eleitorais para as prefeituras. Diversos mecanismos, conselhos, comissões, subprefeituras são apresentados aos eleitores como demonstração de um novo modo de governar.

A ênfase dada a esta questão se deve a vários fatores.

O desgaste da tradicional política de promessas de palanque impôs uma mudança, uma reciclagem nos discursos dos candidatos e partidos burgueses. O eleitorado se mostra descrente das promessas que, logo após a posse, se transformam em letra morta. O velho chavão do “eu farei” está sendo substituído pelo “vamos governar juntos”.

A proliferação de movimentos reivindicatórios também colocou para determinados setores da burguesia o reconhecimento de que a democracia representativa não é suficiente para assegurar a estabilidade da ordem capitalista, em um momento em que não se apela para a repressão de um regime militar. A participação do cidadão apenas na hora de votar não tem se mostrado eficaz para legitimar e garantir o consenso necessário ao ato de governar. Daí, a necessidade de ampliação da democracia, de meca-

nismos que viabilizem uma certa democracia participativa.

Também concorrem às eleições partidos comprometidos com a luta pela transformação social, pela construção do socialismo. A questão do modo de governar, da relação governo — setores populares ganha destaque em função dos diferentes projetos ou concepções estratégicas dessa luta.

## Cooperação e consulta

No campo dos partidos e setores burgueses, guardadas as diferenças, as propostas vão no sentido da **cooperação** entre os setores populares e o governo, da integração das organizações populares ao estado. O que há de mais comum em termos de propostas e experiências de participação é o envolvimento da população e suas organizações na **execução** de obras.

Um exemplo que ilustra bem a situação são os programas “sociais” da “Nova República”: distribuição de leite e de alimentação; construção e manutenção de creches comunitárias; mutirão habitacional, nos quais as associações de moradores e clubes de mães participam como meros executores/repassadores das políticas governamentais.

Há também propostas de criação de mecanismos de **consulta**, para montagem de orçamentos, para definição de prioridades, para realização de políticas setoriais. O mais comum tem sido a criação de conselhos ou comissões, nos quais as entidades populares participam junto com outras entidades da sociedade civil e representantes dos órgãos governamentais.

Em Porto Alegre, por exemplo, existem conselhos municipais, por setor da administração, desde 1970, embora até hoje a participação popular seja minoritária. Há várias experiências de gestões

municipais, como a de Pelotas (RS), Uberlândia (MG), Petrópolis (RJ), que levam para a população a discussão de prioridades de investimentos no momento da elaboração do orçamento municipal.

Nos dois casos, as iniciativas podem ter motivações diversas. Porque se considera “mais barato e mais fácil governar com o povo” ou porque há certos compromissos e bases de sustentação a manter com as organizações populares.

Ou ainda para neutralizar ou impedir questionamentos e movimentos de confronto, principalmente no período inicial de governo, quando há necessidade de maior tranquilidade.

Em muitos casos, a proposta não sai do papel. Um exemplo típico é o da administração do PDT, Alceu Collares, em Porto Alegre. Ele fez propaganda durante a campanha eleitoral e envolveu o movimento comunitário durante sete meses na discussão e elaboração de um projeto de lei de “participação do povo no governo”. Até hoje nada foi implementado e a prefeitura continua sendo governada de modo autoritário.

## Conselhos populares

No campo dos partidos de esquerda, o debate ainda é incipiente. As propostas não são muito claras quanto ao sentido, alcance e modo de construir a participação popular.

A proposta mais freqüente é a dos conselhos populares. Eles aparecem com papéis diversos. Ora são propostos como organismos do movimento popular que terão parcelas do poder executivo, podendo decidir sobre determinadas questões de governo; ora são apresentados como organismos superiores de luta e organização popular, que viabilizarão uma situação de duplo poder; ou ainda,

como organismos da administração municipal, criados pelo governo, para incorporar o movimento popular ao governo, assumindo algumas tarefas de aconselhamento, deliberação ou execução.

Os diferentes entendimentos sobre os conselhos populares expressam concepções quanto ao alcance e o significado da conquista pela via eleitoral de uma prefeitura por um partido de esquerda.

E o que esta conquista pode representar para a participação popular na gestão da cidade.

O problema da participação do movimento comunitário, na gestão da cidade, é, portanto, básico. Ele pode contribuir tanto para a sua politização ou para a sua cooptação pelo estado. Tendo como perspectiva, no atual período, o acúmulo de forças necessário ao avanço da luta pelo socialismo, devemos refletir sobre o significado e as possibilidades desta participação.

## Governo e Estado

A participação popular na gestão da cidade é um elemento central da luta pela qualidade da infra-estrutura e serviços urbanos, por melhores condições de vida. Coloca-se nos marcos da luta pela democratização da gestão e dos negócios públicos: do ponto de vista econômico, para que a maior parte dos recursos públicos seja usado para servir à maioria da população e não para atender os negócios das classes dominantes locais e da burocracia estatal; do ponto de vista político, para que haja a ruptura com o autoritarismo, com o sigilo burocrático e o clientelismo.

Não podemos confundir esta luta pela participação popular com a construção de situações de estabelecimento de um poder paralelo ao poder burguês (duali-

dade de poderes). Ela também não pode ser entendida como uma estratégia de alargamento gradual dos espaços democráticos na gestão do estado até a conquista do socialismo.

Muito menos significa a conquista do poder municipal pelos trabalhadores. A conquista de mecanismos de democratização da gestão da cidade pode alterar apenas um **governo** e não o **estado** enquanto tal. Pode significar uma importante alteração na correlação de forças políticas a nível municipal, mas as regras do jogo e o comando da sociedade continuam com as classes dominantes.

A participação popular na gestão da cidade deve ser entendida hoje como o caminho possível para a elevação das reivindicações econômicas e imediatas ao nível da política. É o meio de politização e articulação do movimento. É um aspecto essencial para o avanço da consciência classista, para a percepção por parte das massas populares do caráter de classe dos governos e do estado.

É, também, o meio do movimento alcançar melhorias mais duradouras em termos de transporte, moradia e condições de vida na cidade.

**Enfrentamentos de classe**

A conquista de melhores condições de vida na cidade depende, em parte, do enfrentamento ao **modo** como se decide e se implementam as políticas de arrecadação e utilização dos recursos públicos, de ordenamento do uso e ocupação do solo e de organização dos serviços e obras públicas.

Isto significa um enfrentamento com setores capitalistas que dependem da gestão da cidade, assim como está estruturada, bem como com a parcela da burocracia estatal que também se reproduz com os negócios públicos (empresários de ônibus, especuladores imobiliários, empreiteiros, vereadores e cargos de confiança do primeiro escalão).

A participação popular significa trazer para o seio do movimento comunitário a discussão sobre o que é central na gestão da cidade. Ou seja, retirar do aparato estatal a competência exclusiva

para definir e controlar a política de captação e utilização dos recursos públicos.

Esse é o núcleo da gestão na medida em que é a partir daí que se podem ampliar os recursos para investimento, melhorar a qualidade dos serviços e obras públicas e penalizar aqueles setores que lucram com os negócios públicos.

Isso tudo no limite da autonomia restrita de movimentos que tem hoje uma prefeitura. Como exemplos dessa possibilidade podemos citar: a cobrança devida e atualizada do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), principalmente sobre os grandes proprietários e especuladores imobiliários; a realização de obras públicas sem a contratação de empreiteiras e, em contrapartida, o investimento no aprimoramento da máquina administrativa (fábricas de material de construção, equipamentos, pessoal).

**Condições necessárias**

A viabilização de um processo de participação popular na gestão da cidade, na perspectiva acima colocada, pressupõe várias condições.

Em primeiro lugar, a existência de organizações populares forjadas na luta

pelo acesso e melhoria da qualidade de vida na cidade. Organizações que tenham avançado ao ponto de colocar a participação/democratização como uma bandeira de luta a ser perseguida.

Em segundo lugar, que à frente do governo municipal esteja um (ou mais) partidos com um projeto claro de enfrentamento à lógica capitalista que comanda toda a gestão da cidade e de reforço do movimento popular, numa perspectiva de autonomia frente ao estado e aos partidos.

Sem estas duas condições não se construirá, no município, um processo de participação popular do ponto de vista do controle das organizações populares sobre a gestão da cidade.

Por mais interessado que esteja um partido em realizar um governo com participação popular, se não existir na cidade um movimento comunitário expressivo, poderá, no máximo, garantir algumas melhorias para as classes populares. A concessão de mecanismos de participação não é suficiente para romper com a passividade das massas, nem com a visão economicista e imediatista de organizações e lideranças atrasadas.

O avanço na consciência e organização

popular depende das experiências desenvolvidas através da luta.

Por mais comprometido que esteja um governo com a democratização da gestão da cidade e com a clarificação do caráter de classe do estado, se não existir de fora, dos movimentos populares, uma cobrança neste sentido, ele tenderá a se consumir com a grande burocracia e entraves da máquina administrativa. Basta pensar que, numa escala menor como a do aparelho sindical, essa é uma realidade, também pela falta de vigilância e cobrança das bases sobre as direções.

**Limites**

Por outro lado, por mais que o movimento popular, em um município, avance e coloque a luta pela participação e controle sobre a gestão da cidade, ele encontra limites se o governo for autoritário e populista.

A conquista do controle sobre a gestão implica em um rompimento do sigilo burocrático, em fazer vir à tona os privilégios e interesses das elites dominantes e, portanto, em fazer emergir os conflitos de classe. O movimento pode até conquistar espaços de discussão da política pública e o acesso a algumas informações, mas dificilmente isto se traduzirá em um controle sobre a gestão, pois as informações não serão confiáveis e, a depender da pressão das elites dominantes, os espaços conquistados podem ser esvaziados no momento seguinte por atos do governo.

Independente de tais limitações, o debate sobre a experiência dos conselhos deve ganhar uma importância cada vez maior. A ampliação da capacidade de investimento e das competências das prefeituras, a partir das mudanças introduzidas na nova Constituição, aliada aos agravamentos dos problemas sociais, reforçará a importância da política municipal. E a luta pela democratização da gestão da cidade será um desafio cada vez maior para o movimento popular e para todos os partidos comprometidos com a luta dos trabalhadores.

*Suzana Moura é técnica da Fase e assessora da União das Associações de Moradores de Porto Alegre.*



**Teses da Tendência Democracia Socialista — Cz\$ 600,00**



**Programa de Transição — Cz\$ 500,00**

**EM TEMPO:**

*Construindo o PT como partido revolucionário*

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

( ) Apoio: Cz\$ 2.500,00 ( ) Normal: Cz\$ 1.500,00

Nome:

Endereço:

CEP Cidade ..... Estado .....

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Cep 05414 — São Paulo — SP

# As heranças de um congresso polêmico

*Um primeiro balanço do Congresso que abriu uma nova fase na construção da central.*

**Américo Bernardes**

**D**epois do congresso que fundou a CUT, em agosto de 1983, este é o que terá mais conseqüências na construção da central.

Inscreveram-se para o congresso 8.364 delegados e chegaram a se credenciar 6.247. A principal quebra de participação ocorreu entre os delegados do campo. Para os debates preliminares, haviam sido inscritas dezessete teses, algumas das quais tratavam de temas específicos. E foram à votação para a escolha da tese-guia no plenário do 3.º Concut oito teses, representando as principais articulações que se formaram no processo de debates.

Uma questão centralizou todo o debate preparatório e as discussões do congresso: a modificação dos estatutos, proposta pela tese 10 e defendida pela maioria da direção nacional da CUT. A conseqüência maior desta priorização foi a preparação precária de uma análise de conjuntura e a conseqüente definição de um plano de lutas que armasse a CUT para o próximo período.

## O plano de lutas

A discussão sobre o plano de lutas deu-se basicamente a partir de uma proposta inicial produzida por um acordo entre as teses que participaram de um debate organizado pela secretaria sindical do PT (ver **EM TEMPO** n.º 229). Pelo seu caráter, a proposta tratava exclusivamente das mobilizações deste segundo semestre, procurando estabelecer um cronograma unificado e relacioná-las com os principais acontecimentos políticos do semestre (promulgação da Constituição, eleições municipais).

Apesar de significar um esforço positivo, que foi essencial para que a CUT não saísse completamente desarmada deste congresso, este plano de lutas está bastante aquém das necessidades da central.

De outro lado, destaca-se a proposta de lutar pelo "contrato coletivo nacional". Esta resolução, na verdade pouco discutida em seus aspectos centrais, pretende dar à CUT um eixo de atuação. Dadas as lacunas na sua definição, dependerá da nova Direção Nacional da CUT sua concretização.

Não é exagero, pois, afirmar que o 3.º Concut não armou a central para intervir no processo de lutas da classe trabalhadora no próximo período. E também concluir que a responsabilidade disso recai principalmente sobre os setores majoritários da direção da CUT, em função da orientação que imprimiram ao congresso.

## Constituição

O ponto mais importante na discussão de conjuntura foi o que definiu a posi-

ção da CUT diante da nova Constituição.

Este debate teve dois momentos importantes. No primeiro deles, o que cobre praticamente toda a preparação do congresso, a maioria trabalhava quase com uma posição de não ter definições enquanto não se concluísse o processo constituinte. A partir da pressão firme da posição de denúncia da Constituição (que tinha como uma de suas conseqüências a não assina-

natura), defendida por vários setores da CUT e que contava também com a simpatia de componentes da maioria, esta foi obrigada a apresentar uma posição mais clara de rejeição da nova Carta, deixando o posicionamento sobre a assinatura por conta dos partidos.

## Polêmica dos estatutos

O debate mais importante deste congresso foi a modificação dos estatutos da CUT. A proposta global foi apresentada no processo preparatório, gerando imediatamente uma reação muito forte de vários setores da CUT. Foram aprovados manifestos em vários congressos regionais e estaduais, manifestações de direções de sindicatos e de dirigentes do movimento. Contudo, apesar do peso e importância das manifestações, não se conseguiu gerar uma proposta alternativa global à proposta apresentada pela tese 10.

O que deu o tom ao debate foi a total intransigência com que a maioria tratou este debate. O principal argumento utilizado foi sempre o da necessidade de se construir uma central que rompesse com a dinâmica "movimentista" da CUT, que se afirmasse enquanto organismo dirigente. Entretanto, o que sai deste 3.º congresso é uma CUT mais fechada e mais restrita.

Para que se tenha idéia do corte efetuado com os novos estatutos basta ver os números da central hoje. Neste 3.º Congresso, participaram cerca de 1.200 entidades e estão hoje filiadas à CUT pouco mais de 400 entidades. Desta forma, em uma única votação — a que condiciona a participação nos congressos à filiação formal à CUT — foi cancelada a participação de cerca de 800 entidades, dois terços das que participaram no 3.º Concut.



A massa de 6.247 delegados de 1.143 entidades: a força da CUT

No limite, a linha dos estatutos aprovada pode representar a negação da concepção de se construir a unidade do movimento a partir do processo de afirmação da hegemonia da CUT em seu interior. No momento em que o projeto da CGT faz água por todos os lados, estreitar a participação na CUT pode ter graves conseqüências.

Trata-se portanto, de uma mudança importante no processo de construção da CUT, reforçando uma linha que tem sua inspiração nos modelos nas centrais européias. Esta linha trabalha com dois elementos principais, que aparecem com mais clareza na proposta originalmente inscrita (houve um recuo em alguns pontos da tese 10 no processo final do congresso): combina uma estrutura vertical de grande peso, que se relaciona diretamente com as estruturas horizontais de direção (os departamentos com caráter de federação de sindicatos cutistas do mesmo ramo, mais ainda agora que só participam os sindicatos filiados e oposições reconhecidas) e um corte na participação das bases e enrijecimento das formas de participação (novos processos de escolha de delegados, delegações só com base em sindicalizados, restrições às oposições, um peso determinante nas CUTs estaduais em detrimento das regionais etc).

Na proposta final foi retirada a participação nas direções de representação dos departamentos e direções estaduais, na direção nacional (os dirigentes biônicos) e a definição dos períodos de realização de congressos estaduais e regionais pelas direções, passando para as instâncias (plenárias e/ou congressos) da CUT.

Esta alteração no processo de constru-

ção da CUT é também particularmente problemática no que diz respeito às relações internacionais, já que se dá contra a dinâmica do que está ocorrendo em vários países da América Latina. A construção da CUT da Colômbia e a recente reconstrução da CUT do Chile representam com muito mais clareza a correção de se buscar propostas de ampliação e unificação da diversidade política presente no movimento sindical.

## Nova fase

Muitas questões ficaram em aberto. Pelo fato de não ter conseguido aprofundar uma maior unidade em torno das tarefas para o próximo período, o congresso deixa nas mãos da direção eleita enormes responsabilidades.

Além disto, outra questão ficou clara neste congresso. Apesar de se manter como maior articulação, os defensores da tese 10 saem deste congresso com menor segurança da sua condição de direção (e dos seus métodos de dirigir a central). Desgastou-se bastante no processo de preparação do congresso, teve a responsabilidade principal pelo seu esvaziamento político e pela indefinição quanto aos rumos de crescimento da Central. E, por fim, tendo hoje uma incômoda situação de, à exceção do ABC, não ser a direção majoritária nas principais capitais e concentrações de trabalhadores do país, a "Articulação" não poderá se pretender a direção exclusiva da CUT.

Nesta situação, delineia-se uma das principais tarefas da "CUT pela base": mais do que ser a principal articulação de oposição à maioria atual, deve buscar construir os elementos que a capacitem a se apresentar como uma força dirigente do processo de construção da central no próximo período.

Anselmo Picardi



Jair Meneguelli foi confirmado na presidência da CUT

## As principais decisões

### Pacto social

Com o aprofundamento da crise econômica e social do país, provocado pela incapacidade do projeto da burguesia em dar respostas aos anseios da população, mais uma vez vem à tona a proposta de pacto social, onde a burguesia e seu governo Sarney contam com a ajuda de Medeiros-Magri, agentes do capital no seio do movimento operário.

A CUT entende que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder.

Por isso, a CUT manifesta-se contra qualquer tentativa de acordo, pacto etc que tenha por objetivo retirar ou restringir a liberdade que a classe trabalhadora deve ter para avançar nas suas conquistas.

### Constituinte

A CUT deverá:

— denunciar o caráter reacionário dos princípios que a norteia e os pressupostos econômicos baseados na defesa da propriedade privada burguesa, na manutenção do direito da exploração e do monopólio da terra;

— utilizar todas as formas ao nosso alcance para mostrar o nosso repúdio, votando contra globalmente o texto e, no dia da assinatura, divulgando manifesto contendo os pontos aqui citados;

— realizar campanhas em defesa dos pontos aprovados que representem conquistas para os trabalhadores;

— avaliar detalhadamente a Constituição aprovada, assim como os trabalhos dos cutistas na Constituinte.

### As mudanças nos estatutos

Com a alteração dos novos estatutos da CUT, ela estará organizada da seguinte forma: organizações sindicais de base, sindicatos, departamentos, CUT regional, CUT estadual e CUT nacional. Poderão se filiar à CUT os sindicatos, associações e federações e participam dos congressos as entidades filiadas e as oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas pelas CUTs estaduais.

Os congressos regionais e estaduais da CUT serão realizados de três em três anos no mínimo, cabendo às direções estaduais e regionais ou às plenárias estaduais e regionais a sua convocação. Os congressos nacionais serão realizados de três em três anos. Os departamentos também deverão se reunir de três em três anos.

Os critérios para eleição de delegados também mudaram: o número de delegados será definido conforme o número total de sindicalizados na base e não mais pelo número de trabalhadores na base. Os delegados aos congressos regionais e estaduais, nas entidades filiadas, serão eleitos em suas instâncias máximas e, no caso das oposições, em assembleias.

Para o Congresso Nacional, os delegados serão eleitos nos congressos estaduais.

O número de delegados para participação nos congressos estaduais e nacionais ficaram assim: para os estaduais, a direção regional e estadual define o número básico de delegados para seu congresso. Cada entidade, independente do número de sindicalizados, terá assegurada a participação de três delegados, ou seja, além do total de delegados escolhidos pela proporcionalidade do número de sindicalizados, somam-se mais três.

Para os congressos nacionais, a cada dois mil sindicalizados ou fração, o congresso estadual elegerá um delegado, sendo delegados natos ao congresso nacional apenas os membros da executiva da Direção Nacional.

A aplicação da proporcionalidade nas chapas obedecerá os seguintes critérios: para a CUT regional, estadual e nacional e departamentos, 20% quando houver duas chapas e 10% quando houver mais de duas chapas. Para o preenchimento dos cargos na executiva, a chapa que obtiver mais de 50% dos votos não poderá ficar com menos da metade dos cargos. O mesmo critério se aplica à Direção Nacional.

De acordo com o Informativo Interno, n.º 43, da Central Única dos Trabalhadores.

# O perfil das chapas

As novas alianças e a força de cada corrente que o 3.º Concut revelou.

No 3.º Concut, as chapas que disputaram a eleição para a direção apresentaram composições com diferenças expressivas quando comparadas com o Congresso anterior.

Do mesmo modo que em 86, neste 3.º Concut apresentaram-se três chapas, nucleadas pelas mesmas forças que organizaram as chapas do 2.º Concut, mas refletindo trajetórias diferentes e também possibilidades de continuidade enquanto articulação bastante distintas entre si.

As chapas e o percentual de votos foram os seguintes:

— Chapa 1, "CUT é prá lutar", encabeçada por Cyro Garcia, significou uma composição entre os defensores da tese 9 ("Democracia e Luta"), 8 ("Unir a cidade e o campo") e 3 ("Construir a CUT classista e pela base"). Obteve 16,32% dos votos;

— Chapa 2, encabeçada por Jair Meneguelli, reuniu os defensores da tese 10 ("Articulação") e 1 ("Força Socialista"). Alcançou 60,43% dos votos;

— Chapa 3, "Construir a CUT pela base", encabeçada por Durval de Carvalho, apresentada pelos defensores da tese 6 ("Construir a CUT pela base") e contou com a participação de companheiros de "O Trabalho" e da tese 7 ("CUT do Trabalhador"). Obteve 23,24% dos votos.

### Mudanças em relação ao II Concut

A chapa majoritária em 86 e 88 apresentou duas modificações importantes: incorporou setores que não participaram do 2.º Concut e teve a participação da "Força Socialista" (que no 2.º Concut, opôs-se à "Articulação" participando da chapa "Democracia e Luta"). A unidade desta chapa, para além do momento do congresso, será testada na própria direção

da CUT, na medida em que há divergências importantes no seu interior e mesmo a "Articulação" comporta uma grande heterogeneidade.

A chapa "CUT é prá lutar" teve como principal ponto de unidade a oposição à direção majoritária, não representando uma unidade em torno a uma proposta política. Por isso mesmo, tem diante de si uma grande dificuldade em constituir-se enquanto uma única articulação e referência no interior da CUT. Reuniu setores que participaram da articulação "CUT pela base" no 2.º Concut e que, a partir daí, desenvolveram uma dinâmica de centrar sua intervenção na luta interna contra a direção. Foi uma chapa hegemonizada pelos defensores da tese "Democracia e Luta" que, se por um lado, viu sua chapa crescer pouco percentualmente (em relação a 86) teve, no entanto, sua representação (enquanto tese) diminuída a nível da Executiva Nacional da CUT.

A chapa "CUT pela base" apresentou-se com um perfil bastante modificado (em comparação com o II Concut), marcando sua composição pela unidade em torno a uma proposta de construção da CUT. Ao adotar uma conduta afirmativa, indo além da mera reunião de setores de oposição à direção como critério de compor chapa, a "CUT pela base" credencia-se como uma referência de amplos setores cutistas para organizar sua contribuição à construção da Central.

### Avanços e recuos

Dadas as recomposições de setores entre um congresso e outro, um retrato de avanços e recuos destes pode ser melhor compreendido através da representação das teses apresentadas ao 3.º Concut na Executiva Nacional da CUT. Veja abaixo:

### Participação na Executiva Nacional da CUT das teses apresentadas ao 3.º Concut

Tese	2.º Concut	3.º Concut
"Articulação" (tese 10)	12 membros (1)	10 membros (2)
"Força Socialista" (tese 1)	1 membro (3)	2 membros (2)
"Democracia e luta" (tese 9)	2 membros (3)	1 membro (1)
"Unir a cidade e o campo" (tese 8)	2 membros (2)	1 membro (1)
"Construir a CUT classista e pela base" (tese 3)	— (2)	1 membro (1)
"CUT pela base" (tese 6)	3 membros (2)	5 membros (3)

Observação: Os números entre parênteses indicam em qual chapa as teses participaram.

### QUEM É QUEM

★ "CUT classista, democrática, de luta e pela base" (tese 10) era encabeçada por Jair Meneguelli, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

★ "Força Socialista" (tese 1) era encabeçada por Washington Costa, presidente dos Metalúrgicos do Rio, e Antonio Carlos de Andrade, presidente da Federação Nacional dos Servidores da Previdência Social.

★ "Democracia e luta" (tese 9) era encabeçada por Cyro Garcia, presidente dos bancários do Rio.

★ "Unir a cidade e o campo" (tese 8) foi inscrita, entre outros, pelos sindicatos dos urbanitários de Goiás e dos frios de São Paulo.

★ "CUT pela base" (tese 6) foi inscrita pelos sindicatos dos metalúrgicos de Campinas e dos plásticos de São Paulo.

# O México vive a maior

*Rompe-se o equilíbrio de um dos mais estáveis*

João Machado

## A história de uma crise

*O processo de origem, o desgaste e a ruptura do Partido Revolucionário Institucional.*

**P**ara podermos compreender o que se passa no México hoje, é preciso partirmos do fato de que este país tem um sistema político, um tipo de Estado, totalmente distintos dos de qualquer outro país da América Latina, ou mesmo de todo o mundo. Este sistema político teve origem na grande revolução popular que se desenvolveu a partir de 1910.

Esta revolução, se não chegou a ser vitoriosa, também não foi derrotada. Foi antes controlada por um setor burguês e limitada, interrompida, desvirtuada. Mas conseguiu algumas conquistas importantes, com a Constituição de 1917: uma reforma agrária que institucionalizou o **ejido** (uma forma de propriedade comunal da terra), jornada de oito horas, repouso semanal e uma série de outras conquistas.

Posteriormente, no período de presidência do general Lázaro Cárdenas (1934-1940), além de ampliada a reforma agrária, foi nacionalizado o petróleo, acentuado o caráter nacionalista do regime, bem como o caráter paternalista do estado (o chamado "Estado bemfeitor"). Muitas destas conquistas não chegaram a sair do papel, outras foram com o tempo atenuadas. Mas o regime sempre se apresentou como o legítimo herdeiro da Revolução Mexicana, isto é, como um regime revolucionário nascido de uma revolução popular. Representa, portanto, um populismo muito mais radical do que o de Getúlio Vargas no Brasil, ou mesmo que o de Perón na Argentina.

Por outro lado, isto tinha sua outra face: o Estado mexicano conseguiu controlar muito mais o movimento de massas, na medida em que "institucionalizou" a revolução. Um marco significativo disto foi a fundação, no final dos anos 20, do PNR (Partido Nacional Revolucionário), e, sobretudo, a sua transformação durante a presidência de Cárdenas em PRM (Partido da Revolução Mexicana).

A partir de seu enorme prestígio popular, Cárdenas conseguiu integrar no PRM os sindicatos e organizações de massas em geral, formando o que foi chamado por Trotsky (que esteve exilado no México justamente no período da presidência de Cárdenas) de "partido frente-popular". Isto se manteve quando posteriormente o PRM foi transformado em PRI (Partido Revolucionário Institucional).

### Desgaste

Ao longo destes sessenta anos, houve naturalmente um desgaste deste esquema de dominação. Os aspectos populistas do regime foram mitigados, seus aspectos de burocratização e corrupção muito incrementados. A fraude eleitoral tornou-se uma das suas características marcantes (embora possamos avaliar que o PRI era de fato majoritário, ele



Cárdenas, Clouthier e Rosário Ibarra: a oposição denunciou a fraude de Salinas, do PRI

sistematicamente ampliava esta maioria até tornar-se quase um partido único). Mas uma oposição pôde crescer, tanto de direita (o PAN, Partido de Ação Nacional, pró-imperialista), quanto de esquerda (sobretudo os partidos que se unificaram no PMS — Partido Mexicano Socialista, cujo eixo é o antigo Partido Comunista, e o PRT — Partido Revolucionário dos Trabalhadores, a seção mexicana na IV Internacional).

A oposição foi reforçada pela gravidade da crise econômica nos últimos doze anos e, particularmente, a partir da crise da dívida externa em 1982. Para que possamos ter uma idéia da dimensão da crise e dos seus efeitos sobre o nível de vida da população, basta dizer que entre 1977 e 1986 a participação dos salários no PIB passou de 40% a 22%. Apenas durante a vigência do atual Pacto de Solidariedade Econômica (cerca de um ano) houve uma queda de 25% dos salários, e uma queda ainda maior dos "preços de garantia agrícolas" pagos aos camponeses (entre 50 e 85%!).

### Crise e ruptura

Contudo, o PRI parecia ainda capaz de manter por mais algum tempo o controle da situação. O problema, é que o projeto que a burguesia dominante no PRI formulava exigia uma mudança maior.

Já a presidência de Miguel de la Madrid se caracterizou por um ataque aos traços populistas, nacionalistas e estati-

zantes do regime, por um aprofundamento da integração com o imperialismo, por um curso privatizante. E o setor dominante no partido, que conseguiu indicar o candidato presidencial, Carlos Salinas de Gortari, pretendia aprofundar tudo isto. Salinas se apresentou como o realizador de uma "perestroika" mexicana, como um modernizador do sistema econômico e político. Os traços fundamentais do regime que permitiam ainda a manutenção dos laços do PRI com as massas (seu populismo, seu estatismo) eram vistos como arcaicos.

Evidentemente, esta "modernização" só poderia significar uma ampliação da miséria. Por outro lado, rompendo de forma tão drástica com as características tradicionais do PRI, teria de provocar uma luta profunda no seu interior.

Em fins de 1987, deu-se uma ruptura no partido com a saída de Cuauhtémoc Cárdenas, filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas, e ex-governador do estado de Michoacán, e de Munhoz Ledo, antigo presidente do PRI, e de mais um punhado de pessoas que haviam formado antes a "Corrente Democrática" do PRI. Cárdenas lançou-se candidato à presidência constituindo uma coligação, a FDN (Frente Democrática Nacional), com um projeto que defendia no essencial a revalorização das tradições do PRI e uma retomada da identificação com a revolução mexicana, definindo-se como democrático, popular, nacionalista, an-

ti-imperialista. Inicialmente, pretendia criar condições para recuperar o PRI.

Em seguida, com a indicação de Salinas para a presidência, o apoio de setores do PRI a Cárdenas cresce muito, e explode nos primeiros meses de 1988.

### O fenômeno Cárdenas

Cárdenas reunia as condições ideais para capitalizar o descontentamento das massas que sempre se tinham identificado com o PRI com a nova política deste partido. Antes de mais nada, é o filho do presidente mais popular da história do país. Nas condições de grave crise econômica, foi possível que em poucos meses a maior parte da legitimidade que ainda tinha o PRI, como suposto herdeiro da revolução mexicana, passasse para ele.

Outro fenômeno impressionante foi que a maior parte da esquerda socialista mexicana, que vinha fazendo há anos oposição ao PRI, foi também progressivamente passando a apoiar Cárdenas, vendo nele a forma possível de derrotar o governo e de fazer uma ponte com as massas.

Quando a pouco mais de um mês das eleições o PMS retirou o seu candidato presidencial em favor de Cárdenas, só restaram o PRT e a candidatura de Rosário Ibarra, mantendo uma política independente (ver matéria na página ao lado).

### Queda brusca

O resultado foi que, além de Cárdenas ter conseguido realizar comícios gigantescos (calcula-se que o comício final teve entre 300 e 400 mil pessoas), que eram na realidade grandes manifestações contra o regime, o partido oficial perdeu as eleições pela primeira vez desde a formação do PNR. Naturalmente um partido como o PRI não poderia aceitar esta derrota e recorreu à fraude. Mas no dia mesmo das eleições, os três candidatos de oposição, Cárdenas, Clouthier (do PAN) e Rosário Ibarra ocuparam o Ministério do Interior e denunciaram a fraude em andamento, e conclamaram a mobilização contra ela. Desta vez, a mobilização foi rápida e enorme e conseguiu limitar o alcance da fraude.

Pelos resultados oficiais, Salinas teve 50,4% dos votos, Cárdenas 31,1%, Clouthier 17% e Rosário Ibarra 0,38%, com resultados semelhantes para deputados. Mas na Cidade do México, capital do país e hoje a maior cidade do mundo, o governo teve de reconhecer 51% para Cárdenas, pouco menos de 30% para Clouthier e pouco mais de 20% para Salinas, que chegou portanto em terceiro! E o resultado para deputados deu apenas 260 eleitos do PRI contra 139 para a FDN e 101 para o PAN. Para um partido que estava acostumado a ter sempre mais de 70% dos votos, e na maioria das vezes mais de 90%, é uma queda impressionante.

# crise política em 60 anos

*sistemas de dominação burguesa da América Latina.*



*Da dissidência do PRI à mobilização de massas: um projeto nacionalista e populista em radicalização.*

**A** mobilização popular que começou na campanha eleitoral e prosseguira na luta contra a fraude continuou em seguida com a exigência de recontagem dos votos, de que Salinas não fosse proclamado presidente.

Havia a idéia de que Cárdenas, já tendo conseguido infligir um grande golpe ao PRI, buscava negociar com ele. No entanto, não foi isto que se deu. Cárdenas, ou por ser pressionado pela radicalização de seus apoiadores, ou por conhecer bem as entranhas do PRI, e compreender que não podia lhe dar tempo, não só não recuou, como proclamou que se Salinas assumisse a presidência seria um **usurpador**. No México, isto tem um significado muito preciso: **usurpador** é como foi chamado o general Huerta, que assassinou o presidente Madero e o

sucedeu no governo, e que foi derrubado pela revolução.

Cárdenas e o PRI têm a mesma origem: mal se completou um ano que a "Corrente Democrática" deixou este partido. Mas diante da dinâmica do movimento, se Cárdenas reconhecer a Salinas como presidente, estará se suicidando politicamente. Daí que os dois projetos, o cardenista e o do PRI atual estejam se chocando violentamente.

No dia 10 de novembro, a maioria priista da Câmara de Deputados proclamou a Salinas presidente, recusando-se a uma recontagem dos votos. Salinas propôs então um grande diálogo nacional.

Cárdenas respondeu com outro grande comício de centenas de milhares de pessoas, no dia 14, onde disse que estava nas mãos de Salinas "oferecer uma solução legal à crise à qual o governo e seu

partido levaram o sistema político: sua renúncia ao cargo de presidente eleito".

## Radicalização

O discurso deste dia é uma boa mostra de como a dinâmica dos últimos meses levou a uma radicalização do projeto cardenista. Cárdenas afirma que "nossa decisão de fazer valer a vontade popular dentro da democracia é inquebrantável", e traça uma estratégia: "devemos organizar-nos e pôr em ação uma força política incontível e inquebrantável. Somos maioria, já o demonstramos de múltiplas maneiras. Vamos agora fazer desta maioria uma força poderosa que por sua disciplina e sua capacidade de ação faça retirar-se o inimigo diante da evidência da organização do povo".

Fala em organizar comitês de base, em "realizar ações locais, regionais e nacionais, sempre nos marcos da luta constitucional e pacífica", e que "a organização popular chegará a ser tão exemplar e tão poderosa que, na sua hora, estará claro que não tem sentido enfrentar-se a ela e não haverá outra alternativa senão convocar novas eleições".

Talvez o mais expressivo para demonstrar a radicalização seja o fato de que neste discurso Cárdenas ataca alguns traços básicos do regime desde décadas: "vamos promover e apoiar explicitamente a liberação das organizações sindicais dos trabalhadores, para que voltem a ser realmente deles e sirvam para sua defesa e não para seu subjugamento"; "vivemos os tempos finais do sistema do partido de Estado". Não há mais a expectativa de recuperar o PRI, mas sim o chamado à organização de um novo partido "que seja a expressão política do voto cidadão de 6 de julho", e

que seja a ferramenta para que "a sociedade possa reorganizar a si mesma e a suas instituições em liberdade, com tolerância e justiça".

## Nacionalismo

É claro que há nisso uma diferença básica em relação à situação em que Cárdenas pai organizou o PRM e mobilizou as massas: então foi algo feito a partir do Estado. Agora, tudo se faz contra o Estado, a partir da organização social, mesmo que a ideologia seja ainda muito próxima.

Qual será o futuro do cardenismo, e qual será o desdobramento da crise atual? A burguesia está com o PRI, contra Cárdenas, que fica apenas com os setores populares. Nada indica, contudo, que o cardenismo possa ir até o ponto de uma contestação do capitalismo e a uma verdadeira revolução popular. Seu objetivo continua a ser: "recuperar os ideais históricos da Revolução Mexicana e a plena vigência da Constituição". Portanto, o cardenismo continua a ser uma forma de nacionalismo e populismo burgueses.

Mas é claro que voltar aos anos 10, 20 ou 30 não é possível, e que na crise atual os desdobramentos do movimento de massas podem ser enormes. Apesar das limitações políticas do cardenismo, as massas que o apoiam contra o PRI estão dando um passo, embora contraditório, na direção da sua independência política.

A posse de Salinas está prevista para dezembro. Se se realiza, seu governo estará extremamente isolado, e terá imensas dificuldades para governar. O México está vivendo a maior crise política dos últimos 60 anos.

## A política do PRT

*Como a seção da IV Internacional procura conciliar a atuação na crise e a salvaguarda de sua independência política.*

O PRT, seção mexicana da IV Internacional, é um partido que vem crescendo de modo significativo nos últimos anos, tornando-se o segundo partido da esquerda no país (após o PMS, mas muito mais presente nas lutas sociais que este — na verdade, o PMS se constituiu como um partido voltado basicamente para a disputa eleitoral.)

Nas eleições deste ano, apresentou pela segunda vez como candidata à presidência a Rosário Ibarra de Piedra, importante lutadora pelos direitos humanos. À medida em que a campanha de Cárdenas foi crescendo, é claro que o partido começou a ser pressionado. Inclusive, um grupo de cerca de cinquenta companheiros (que incluíam algumas lideranças importantes, como o intelectual Adolfo Gilly e os deputados Ricardo Pascoe e Pedro Peñalosa) deixou o PRT em março para apoiar a Cárdenas.

Mesmo reconhecendo que havia um risco de isolamento, o PRT manteve a candidatura de Rosário. A razão fundamental é que Cárdenas,

com seu projeto nacionalista e populista, burguês, não representa uma alternativa viável para os trabalhadores e o povo mexicanos, e que era fundamental manter um polo socialista independente.

Foi possível fazer até o final uma campanha forte e mobilizadora. Durante todo o período, cerca de trezentas mil pessoas participaram de comícios do PRT. O comício final teve entre quarenta e cinquenta mil pessoas. Mas o resultado eleitoral foi fraco, a partir da evidente pressão do voto útil. Mesmo setores que participaram da campanha do PRT votaram por Cárdenas.

### Fraude reconhecida

Os resultados oficiais deram 0,38% a Rosário e cerca de 0,5% na votação de deputados. Mas os cálculos feitos pelo PRT e pela oposição em geral indicam que na verdade a votação do PRT foi pelo menos três vezes maior, e que para deputados atingiu o mínimo de 1,5% necessário para manter o registro legal do partido. Se o governo não reco-

nheceu isto, é porque roubou votos de toda a oposição e tinha interesse em cassar o registro do partido mais radical, e que mais se empenhava na mobilização contra a fraude.

Em seu discurso de 14 de setembro, Cárdenas declarou: "Se houvesse respeitado o resultado da votação teria sido reconhecido o triunfo do candidato da oposição à Presidência, teriam crescido seus votos e esta teria mais senadores e deputados, e não se teria procedido ao cancelamento que agora se quer fazer do registro do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, cuja defesa neste terreno deve constituir um objetivo prioritário das lutas dos setores democráticos."

Na verdade, embora em várias regiões (como na Cidade do México) a votação do PRT tenha caído, em outras cresceu, e inclusive em um distrito eleitoral conseguiu os votos necessários para eleger um deputado de maioria (Margarito Montes, dirigente sindical camponês, em Tuxtepec — este resultado não foi reconhecido pelo governo. Há um sistema eleitoral misto, proporcional e majoritário.)

### Frente política

Mas, evidentemente, manter um candidato próprio não significa não reconhecer o triunfo de Cárdenas. A partir de 6 de julho, o

PRT não apenas mobilizou todas as suas forças contra a fraude, mas proclamou ser Cárdenas o presidente eleito, e passou a participar com ele de uma frente política em defesa da democracia.

Assim, o PRT vem combinando a participação integral nas mobilizações de massas em defesa dos resultados eleitorais e do reconhecimento de Cárdenas como presidente com a manutenção de sua independência política de classe. Apesar dos problemas que a perda do registro eleitoral registrou, se consuma, pode acarretar, isto dá ao partido boas possibilidades de desenvolvimento. Afinal, a mobilização de massas é o seu elemento natural. E ao contrário do que se poderia temer, o PRT com sua política de manutenção de um polo classista e socialista não se isolou das massas neste momento pós-eleitoral.

Por outro lado, as coisas caminham no sentido de que o PRT se torne o único partido socialista do país: o PMS já anunciou sua disposição de dissolver-se no partido proposto por Cárdenas, oferecendo inclusive seu registro eleitoral, e o mesmo fez toda a esquerda que apoiou Cárdenas. O PRT declarou que não cogita dissolver-se, embora defende a manutenção da frente política com Cárdenas.

# XI — A terceira revolução chinesa 1949

## (1.ª parte)

*O despertar do gigantesco campesinato chinês o transformou na força social central da revolução vitoriosa em 1949. Mas o papel dirigente do Partido Comunista e do seu Exército de Libertação na luta contra os invasores japoneses e na implementação da revolução agrária garantiu a consolidação de seus componentes anti-capitalistas, abrindo a transição ao socialismo.*

*Aqui, a reconstituição do processo da revolução até 1937, quando eclodiu a guerra sino-japonesa.*

### O processo da revolução

### CRONOLOGIA

1644-1912 — Dinastia Ching, de origem Mandchu  
1839-1842 — Guerra do Ópio.  
Início da ofensiva de dominação estrangeira na China  
1850-1864 — Revolta dos Taipings  
1894-1912 — Movimento republicano contra a dinastia Ching  
1899-1900 — Revolta dos boxers  
1911-1912 — Revolução republicana (*primeira revolução chinesa*). Sun Yat-sen presidente. Fundação do Partido Nacional do Povo, Guomindang  
1913 — Golpe de estado. General Yuan Che-kai dissolve o parlamento e suprime o Guomindang  
1916-1927 — República dos senhores da guerra  
1919 — Fundação da Internacional Comunista. Reorganização do Guomindang. Movimento do 4 de maio  
1921 — Fundação do Partido Comunista Chinês  
1923 — O PCC entra no Guomindang  
1925-1927 — *Segunda revolução chinesa*  
1927 — Massacre de Shanghai (Tchiang Kai-shek contra os comunistas)  
1927-1935 — República do Guomindang  
1927-1930 — Repressão do Guomindang ao movimento social urbano.  
1928-1934 — Repressão do Guomindang no campo.  
1928 — Mao Tse-tung e Zhu De em Jingshan  
1929-1934 — República Soviética de Jiangxi  
1930 — Fracasso das novas sublevações nas cidades  
1931-1932 — Japão ocupa o nordeste do país, atacando Shanghai  
1934-1935 — A longa marcha, de Jiangxi a Yanan  
1935 — Conferência de Zunyi. Predomínio da linha de Mao

A vitória da terceira revolução chinesa (1) é um dos mais importantes acontecimentos da história do século XX, só comparável às duas grandes guerras mundiais e à vitória da revolução russa de 1917. Três décadas depois da vitória de outubro, o país mais populoso do mundo, berço de uma sociedade antequíssima e de uma cultura original, rompia os laços da cadeia de dominação imperialista e iniciava o processo de construção do socialismo.

Isso teve um impacto decisivo e duradouro sobre a situação do pós-guerra, quando o imperialismo enfraquecido se confrontava com um poderoso movimento de revolução colonial e seus movimentos de libertação nacional, particularmente na Ásia. A revolução chinesa representou assim uma mudança decisiva na relação de forças internacional em detrimento do imperialismo.

Deu também origem a uma corrente particular dentro do movimento proletário internacional, o maoísmo, uma corrente que se chocou com alguns dos dogmas centrais do estalinismo e com o monolitismo então vigente no chamado movimento comunista internacional. Apesar de ter atingido seu auge nos anos 60 e ter depois entrado em rápida decadência, o maoísmo foi a fonte de inspiração de muitos partidos e organizações políticas revolucionárias ainda hoje atuantes.

Por fim, a revolução chinesa foi um processo complexo, uma experiência que nos oferece inúmeros elementos de reflexão sobre a estratégia revolucionária, que podem estimular a capacidade de análise crítica sobre nossa própria realidade. É deste ângulo que a abordaremos.

#### As raízes históricas

A China é o berço de uma das mais antigas civilizações humanas, construída a partir do trabalho agrícola desenvolvido coletivamente no vale do rio Amarelo e marcada por um substancial grau de unidade social.

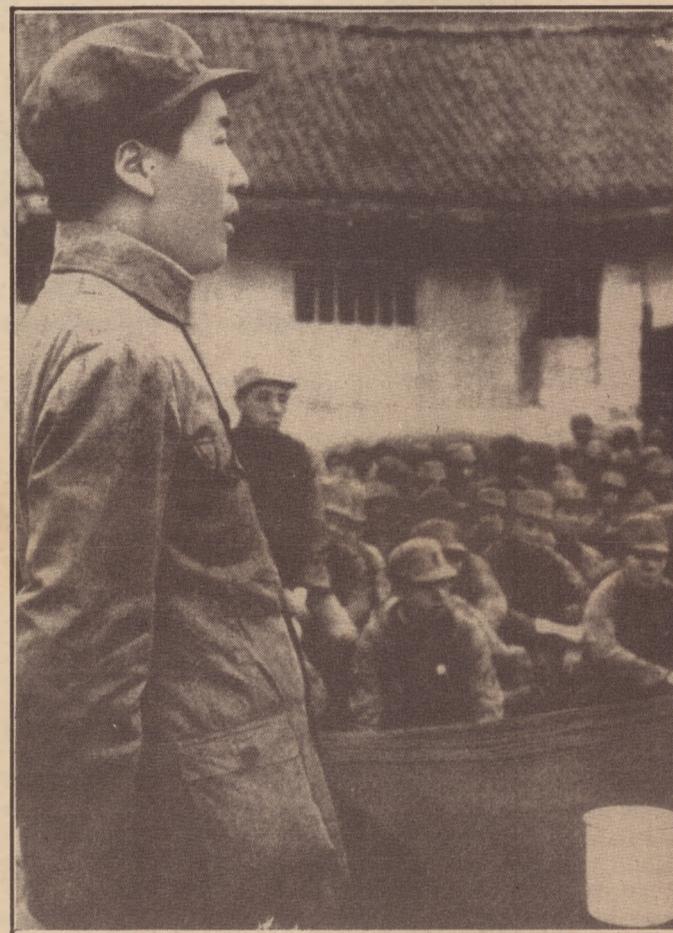
Os primitivos chineses assimilaram com facilidade os povos vizinhos, homogeneizando-os através de costumes, da cultura e do consenso conseguido pela atuação das classes dirigentes. Por isso, a China contemporânea é o país mais populoso do globo, não apenas quantitativamente. O que caracteriza sua grandiosidade populacional é precisamente a homogeneidade de sua história, moldada no trabalho da terra. A

China não parece ser constituída apenas por um bilhão de pessoas justapostas — são um bilhão de chineses que trabalham e cultivam a terra. (Holien Bezerra, p. 41).

Neste quadro, não é estranho que a história da China seja pontilhada de rebeliões camponesas, que marcam as transformações de sua sociedade. E a questão agrária, a luta das massas trabalhadoras do campo contra os grandes proprietários de terra é o principal tema da luta de classes em toda a sua história, inclusive no século XX. A dominação imperialista, profunda, a partir de meados do século XIX, a queda das condições de vida das massas e a opressão que sofrem do Estado imperial e da nobreza latifundiária, multiplicando as revoltas camponesas. A luta contra a presença dos invasores estrangeiros transforma-se assim na outra característica estrutural da história chinesa.

É para lutar contra os invasores — começando pela dinastia governante dos invasores da Manchúria, no poder desde o século XVII e incapaz de fazer frente às pressões imperialistas cada vez mais acentuadas — que se multiplicam e fortalecem as sociedades secretas, dirigentes das revoltas camponesas, como as dos Taipings (de 1850 a 1864, que proclamam o “Celeste Reino da Grande Paz”) (2) e a dos Boxers (em 1900). Elas iriam se vincular, no início do século XX, à luta nacionalista e depois ao combate tanto aos “senhores da guerra” como aos invasores japoneses (quando se aproximariam do Partido Comunista).

A revolução republicana dirigida por Sun Yat-sen leva à instauração da República Chinesa em 1.º de janeiro de 1912. Abre-se um período de grande instabilidade social e política, prenúncio dos enfrentamentos e transforma-



Mao Tse-Tung nas montanhas de Yunan

ções revolucionárias dos anos 20. A vida política da jovem república é difícil: um golpe de estado derruba, em março de 1912, Sun Yat-sen. O regime parlamentar é formalmente restaurado em 1916 e Sun Yat-sen reconduzido ao poder, mas o exército se divide e generais e déspotas regionais (os senhores da guerra) passam a controlar as diferentes províncias, detendo importantes parcelas do poder até o final da década de 20.

A sociedade chinesa vai sofrendo simultaneamente, profundas transformações: a penetração imperialista acelera-se e é acompanhada de uma intensa industrialização e urbanização, com a expansão da burguesia e um rápido desenvolvimento, concentração e organização do proletariado urbano, em particular através da formação de sindicatos.

Surge também um amplo e radical movimento modernizador, de caráter nacionalista, na intelectualidade, que culminaria, em 1919, no Movimento do 4 de maio. O Partido Comunista Chinês é fundado em 1921, a partir dos principais dirigentes deste movimento.

No início dos anos 20, Sun Yat-sen, controlando a região de Cantão e dirigindo o partido republicano, o Guomindang (3), empreende uma aproximação com a União Soviética, buscando apoio na luta contra os senhores da guerra e pela unificação e modernização do país.

### “A primeira guerra civil revolucionária” (1925-1927)

O PCC decide, em 1924, sob a orientação da Internacional Comunista, ingressar no Guomindang, num momento em que este partido, em seu primeiro congresso, havia assumido as “Três opções políticas” de Sun: aliança com a URSS, unidade de ação com o PCC e a ação das massas a favor dos camponeses e operários. Foram também lembrados os “três princípios do povo”: nacionalismo, democracia e solidariedade de classes. No entanto, Sun morre de câncer em 1925, no auge da luta contra os senhores da guerra, que estava sendo acompanhada de um ascenso das mobilizações de massas não só contra os senhores da guerra como contra o imperialismo nas grandes cidades.

A mobilização da classe operária expressava-se principalmente no crescimento das organizações sindicais, que passam de 300 mil, em maio de 1922, para 540 mil em maio de 1925 e para 2,8 milhões em abril de 1927. O PCC vincula-se estreitamente a estas lutas e cresce rapidamente, passando de mil para 30 mil membros entre 1925 e 1926.

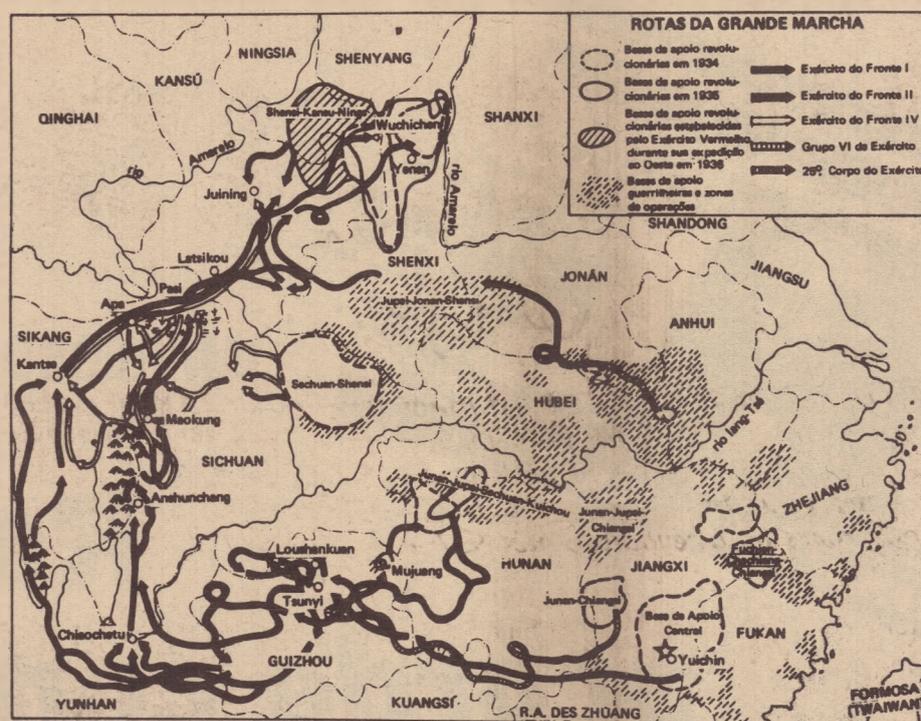
Frete ao ascenso de lutas, a burguesia e a ala direita do Guomindang mobiliza-se contra o movimento operário. Tchiang Kai-chek organiza, a partir de março de 1926, a luta contra os comunistas, que são afastados de todos os postos de responsabilidade no Guomindang. A Internacional Comunista, entretanto, sustenta que o PCC deveria permanecer no Guomindang, contra a opinião da oposição de esquerda, que defendia a saída imediata. O PCC obedece a orientação majoritária e não abandona as fileiras do Guomindang.

Em 21 de março de 1927 ocorre uma insurreição operária contra o senhor da guerra que controlava Shanghai e a cidade passa ao controle dos sindicatos e dos comunistas. As portas da cidade são abertas às tropas do Guomindang, controlado por Tchiang Kai-chek, que massacra os rebeldes. As mobilizações prosseguem num quadro de confronto aberto, em toda a China entre o PCC e o Guomindang (que se reunifica na luta contra os comunistas). O massacre da comuna de Canton, em dezembro de 1929, encerra o ano. O PCC estima ter perdido 38 mil militantes, mortos pela repressão.

### “A segunda guerra civil revolucionária” (1928-1937)

O ponto de partida da terceira revolução chinesa é a herança deixada pela derrota de 1925-27. Os militantes do PCC, violentamente perseguidos nas cidades, têm que se refugiar no campo. O Guomindang reprime as mobilizações urbanas e passa a estruturar os sindicatos amarelos, configurando o cenário de relativa paz social e principalmente despolitização do movimento sindical que perdurará até os anos 1940.

O Guomindang vai consolidando, pela guerra e pela negociação, seu con-



Extraído de “A revolução chinesa”, de Holien Gonçalves Bezerra (Atual Editora)

trole sobre o país, submetendo os senhores da guerra, e transformando-se no partido que hegemoniza as classes dominantes do país. Seu projeto político ganha um corte marcadamente conservador e autoritário, perdendo seu componente democrático e transformando-se na ditadura marcadamente pessoal de Tchiang Kai-chek. O grupo no poder é dividido em clãs e impera a corrupção e o arbítrio. O imperialismo japonês é uma ameaça crescente, ocupando a partir de 1931, parcelas crescentes do país, até culminar na guerra aberta, em 1937, com a invasão de todo o norte da China. Mas o governo do Guomindang só decreta formalmente guerra ao Japão em 1941, após a declaração de guerra ao Japão pelos Estados Unidos.

O PCC travou entre 1928 e 1935 uma longa guerra civil com o Guomindang no sul do país. Ele já vinha organizando as lutas e o movimento no campo desde seu início. O próprio Mao trabalhou nesta frente no Guomindang. Em 1927 começaram a se formar as “bases vermelhas” em distintas províncias da China, logo reforçadas pelos militantes comunistas que fugiam das cidades e pelas tropas sublevadas do IV exército, dirigidas por Zhou Enlai e perseguidas pelo exército nacionalista. É desta época (outubro de 1928) o texto de Mao “Por que o poder dos soviets pode existir na China”. Em 1929, o exército vermelho de Mao e Zhu De ocupa uma parte de Jiangxi, proclamando em 1931 a República Soviética de Jiangxi, da qual Mao se torna presidente. (ver mapa.)

Mas há ainda um confronto de orientação no PCC. O setor da direção mais vinculado à Internacional Comunista continua sustentando a linha de insurreição urbana, através do secretário geral do partido, Li Li-san. Em 1930, a direção do partido ordena uma ofensiva contra os centros urbanos da China central, que deveria se combinar com insurreições nas cidades. Mas a operação fracassa, tornando ainda mais difícil o trabalho político nas cidades e provocando a queda de Li Li-san. Foi o último intento do PCC de seguir a linha clássica da insurreição urbana.

Entre fins de 1930 e janeiro de 1934, Tchiang Kai-chek desencadeia cinco “campanhas de extermínio” contra a rebelião controlada pelos comunistas,

que no seu auge incorporou uma população de 9 milhões de pessoas. Após a quarta “campanha” do Guomindang só a zona de Jiangxi Chiang Chi resiste. Tchiang Kai-chek então estabelece um acordo com os japoneses que haviam ocupado Shanghai e diversas outras cidades importantes e dirige pessoalmente tropas que somam 900 mil homens. Em agosto de 1934, o PCC decide abandonar Jiangxi, retirando os 100 mil homens do Exército Vermelho da região.

A Longa Marcha é a fuga das tropas comunistas e da direção do PCC das bases sitiadas no sul do país até Yanan, no nordeste entre outubro de 1934 e outubro de 1935. Dos 100 mil homens que partiram apenas 20 mil atingiram o ponto final. Yanan é distante da costa e dos centros principais da vida política e das lutas sociais de todos os anos anteriores (Ver mapa). Como afirma Pierre Rousset, “O ponto de partida geográfico e sociológico, político e organizacional da terceira revolução chinesa é completamente diferente do da segunda. Entretanto, sob distintos as-

## notas

(1) A revolução chinesa de 1949 é chamada pelos historiadores de terceira revolução chinesa por ser a seqüência de dois outros processos, a revolução de 1911, que instaurou a república (a chamada primeira revolução) e a revolução de 1925-7, quando o Partido Comunista Chinês (PCC) dirigiu sublevações nas cidades de Shanghai e Canton, derrotadas pela repressão desencadeada pelo Guomindang, a chamada segunda revolução.

A cronologia maoísta chama este período de “primeira guerra civil revolucionária” (que vai de 1925 a 1927); o período de 1928 a 1937 de “segunda guerra civil revolucionária”; o período de 1937 a 1945 de “guerra de resistência contra o Japão”; e o período de 1946 a 1949 de “terceira guerra civil revolucionária”.

(2) A revolta dos taipingues foi um amplo movimento igualitário do campesinato, principalmente do sul da China. Defendiam uma reforma agrária radical, igualdade de direito para as mulheres, e medidas de modernização da sociedade. Resultou em dezenas de milhões de camponeses massacrados pela repressão organizada pela velha ordem, com o apoio indireto dos países imperialistas.

pectos, a herança das lutas revolucionárias de 1925-1927 e da resistência de 1928—1937 condicionou o curso das lutas de 1937—1945, período chamado de Guerra de Resistência contra o Japão”.

O período entre 1928 e 1937 é o da gênese e do desenvolvimento do projeto maoísta e da afirmação política e pessoal de Mao no interior do PCC. Em 1931, Wung Ming e os chamados “28 bolcheviques” (4) são guindados pela Internacional Comunista à direção do PCC, formando a fração estalinista do partido, contra a qual Mao terá que se impor.

Os maoístas chegam a ser afastados de todos os postos de direção efetiva do PCC em janeiro de 1934, mas retomam suas posições durante a Longa Marcha, já que os maoístas Zhu De, Peng Dehuai e Liu Bochong controlavam as principais forças do Exército Vermelho. Ganham então também a adesão de Zhou Enlai. A luta de frações continuaria mas a partir deste momento com a equipe de direção maoísta em posição dominante, tendo se imposto através de uma recomposição e um realinhamento do conjunto da direção.

Os traços marcantes deste projeto são: 1) A mobilização das massas camponesas contra as autoridades tradicionais e pela reforma agrária radical e o desenvolvimento de um método de análise e trabalho correspondente às suas necessidades — a análise de classes do campo, a pesquisa social concreta, a presença dos dirigentes no terreno de trabalho, elementos constitutivos da “Linha de Massas”. 2) Um processo prolongado de constituição de zonas de “poder vermelho” dentro do quadro de controle do país pelo “poder branco”, que permite a preservação e depois a consolidação de um duplo poder territorial. 3) A guerra popular, com o PC, partido de massas do proletariado (em 1927, 54% dos seus militantes eram operários) constituindo e dirigindo o Exército Vermelho a partir das insurreições rurais e urbanas e das sublevações de 1927—1928 e transformando-se depois numa prolongada imersão nas massas camponesas.

(3) O Guomindang (ou Kuomintang, KMT), Partido Nacional do Povo, foi fundado em 1912 por Sun Yat-sen, inspirado numa ideologia nacionalista, de modernização do país e de instauração de uma democracia burguesa na China. Luta para reunificar o país a partir de 1921. Com a morte de Sun Yat-sen, em 1925, passa a ser liderado por Tchiang Kai-chek, consolidando o seu poder sobre o conjunto do país no final dos anos 20. Neste processo vai integrando não só a burguesia mas as velhas classes dominantes locais, perde suas veleidades reformistas e progressistas e adota uma postura vacilante na luta contra o invasor japonês. Tchiang chega a dizer que “os japoneses são uma doença de pele, e os comunistas uma doença do coração”. Sua vinculação e dependência do imperialismo americano tornam-se cada vez maior, até a vitória da revolução em 1949.

(4) Os “28 bolcheviques” são um grupo de estudantes chineses que viviam em Moscou e ao contrário da maioria deles, não aderiu à oposição de esquerda. Eles foram selecionados a partir de sua posição na luta de frações no PCUS e enviados de volta à China para assegurar o controle do partido pela fração estalinista dominante na Internacional Comunista.



Porte pago

DR/SP	ISR 40-2063/85
DR/RS	ISR 49-083/88

IMPRESSO

# Romper o acordo com o FMI

*A denúncia deste acordo deve ser um dos centros da campanha de Lula à presidência.*

Isaac Akcelrud

**E**xata e precisamente no mesmo dia — 22 de setembro de 1988 — era firmado em Nova Iorque o acordo de rescalonamento da dívida externa e, em Brasília, foi finalmente aprovada a redação final da nova Constituição. Isto não foi mera coincidência. Pelo contrário, o sincronismo foi programado e calculado meticulosamente. Tudo foi feito de modo que o acordo da dívida, uma ata da rendição às imposições do FMI, fosse protegido pela “Constituição” outorgada pela ditadura militar — isto é, sem ter que prestar contas a ninguém.

Segundo a nova carta, esse acordo deveria ser, antes da assinatura, debatido e aprovado pelo Congresso. Também não é mera coincidência que a mesa da constituinte, chefiada por Ulisses Guimarães, tenha facilitado as coisas, criando um longo período tampão entre a aprovação do texto e a promulgação da Constituição. Foram mais duas semanas de carta branca para Sarney & Cia. Um governo expirante, um presidente em fim de reina-

do não tinha e não tem autoridade nem poder político real para assumir compromissos que obrigam o povo brasileiro para além do ano dois mil.

## Na sombra

O acordo de mais de mil páginas não foi divulgado em seu inteiro teor. Nem mesmo Sarney sabe, nesta altura, o que lá está dito, pois não tomou conhecimento da “redação final” do acordo, segundo declaração pública do risonho entreguista Mailson da Nóbrega. A data da divulgação foi jogada para dia não determinado. Entretanto, ao contrário da Constituição, o acordo já está em vigor. Promulgação automática.

A longa negociação, envolvendo quase mil bancos, foi acompanhada de modo mais do que insuficiente e insatisfatório. O noticiário jornalístico não podia ir muito além das informações distribuídas pelos próprios negociadores interessados. O governo não foi interpelado e muito menos advertido em tempo útil. O congresso constituinte estava muito ocupado em detectar e discernir o que era possível obter com a permissão da UDR e da FIESP. Enquanto jogavam

migalhas ao povo — um balcão de ilusões e enganos que leis complementares e regulamentações podem destruir com uma penada — a entrega do país no atacado prosseguia tranqüila e impunemente. A questão da dívida não entrou nem nas Disposições transitórias. Todas as propostas do PT foram rejeitadas.

Na realidade, a Constituinte ajudou o governo a tirar a dívida externa da ordem-do-dia enquanto Mailson “negociava”. Um inglório papel diversionista.

Tanto o representante dos banqueiros como Nóbrega anunciaram falsamente 5,2 bilhões de dólares de “dinheiro novo”, isto é, dinheiro que viria para o Brasil, mesmo emprestado, aumentando a dívida. Com pernas muito curtas, essa mentira foi logo desmascarada.

A verdade é que aqueles 5,2 bi são divididos em três parcelas. Só a primeira, de 4 bilhões, foi liberada para que três nem saíssem dos Estados Unidos onde ficaram para pagar juros atrasados. Pior ainda, para completar o pagamento desses juros, o Brasil teve que desembolsar mais 1,5 bilhões tirados das nossas escassas reservas cambiais. De junho para cá, o Brasil já tinha pago 2,5 bilhões de juros. Tudo somado, os banqueiros já embolsaram muito mais do que aqueles fictícios 5,2 bilhões. O famoso “dinheiro novo” é apenas um aumento da dívida.

## Pobreza absoluta

Recentemente, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, reconheceu que só na América Latina, 130 milhões de pessoas — um Brasil inteiro — vegetam em estado de pobreza absoluta. E não esconde

que isto é consequência da dívida externa. Todos os esforços produtivos dos povos latino-americanos estão sendo frustrados pelo serviço da dívida externa — 150 bilhões de dólares, em média, nos últimos cinco anos. O peso da dívida vem aumentando por causa do aumento da taxa de juros.

Até mesmo o diretor-gerente do próprio FMI, Michel Camdessus, admite publicamente que as economias dos países devedores estão sujeitas ao que chama delicadamente de “choques externos”: 1) elevação unilateral (e arbitrária, acrescente-se) da taxa de juros; 2) queda dos preços das matérias-primas exportadas e 3) elevação dos preços das manufaturas importadas.

Os burocratas das grandes instituições capitalistas fazem essas confissões movidos por uma grave preocupação. Trata-se dos riscos a que está exposto um punhado de países ricos diante da “impossibilidade (...) de realizarem investimentos com segurança e encontrarem mercados confiáveis nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos”, segundo editorial do *Estado de São Paulo* de 28 de setembro que considera “a situação global inquietante”.

É nesse contexto que se insere o acordo sobre a dívida externa.

## Perda de controle

Não é de admirar que, nesta situação, a inflação dispare em direção ao incrível patamar de 1.000%. Prometeram ao FMI uma inflação mensal de 20%. Mas ela já foi além dos 24%. E tudo indica que vai continuar subindo. São indícios de que o governo está perdendo o controle da inflação, o que pode degenerar, inclusive, na incapacidade de governar. O pri-

meiro sinal dessa impotência foi a declaração oficial de falência da prefeitura do Rio de Janeiro. Os governadores declararam que não podem autorizar a dívida na medida exigida pelo orçamento de Sarney.

A chamada redução do déficit público, cortando verbas nas áreas vitais de saúde, educação, transporte, alimentação, está em plena desmoralização. Até o ex-ministro Mario Henrique Simonsen, que pertence aos quadros do Citicorp, queixou-se: “está claro que, cortando o déficit público, a inflação não cai”. Os economistas burgueses entram na fila para reconhecer que cortar o déficit não resolve. Mas não oferecem alternativa. Seus compromissos de classe impedem o reconhecimento de que a causa matriz e motriz do empobrecimento do nosso povo é a dívida externa.

O estouro da inflação fez desmoronar o castelo de cartas desse jogo escuso de datas entre a constituinte de Ulisses e o entreguismo de Sarney. Já é impossível manter a dívida externa como assunto reservado. A movimentação popular capitaneada pelo movimento operário no próximo dia 25 de outubro teremos a jornada internacional contra a dívida externa — encontra apoio importante e significativo em círculos oposicionistas, por exemplo os senadores Fernando Henrique Cardoso e Charelle que anunciaram a disposição de abrir o debate parlamentar para forçar a divulgação do acordo da dívida.

É uma batalha política de alcance estratégico, que exige energética intervenção do PT. Divulgar e denunciar o que está escondido naquele farrapo de papel é um ato de legítima defesa que pode se transformar rapidamente em instrumento de ofensiva política no caminho da negação da dívida.

## EM TEMPO

**Conselho Editorial:** Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano de Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado, João Machado, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Ronaldo Barbosa

**Jornalista responsável:** Américo Antunes. Reg. MTSP nº 2.769.

**EM TEMPO:** é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57. Pinheiros, São Paulo-SP, CEP 05414, fone: 852-8880, CGC nº 46.093.000 1-10.

**Sucursais:** *Belo Horizonte:* Rua Guajajaras, 329, Sala 12, CEP 30.180, fone: 226-0646. *Porto Alegre:* Rua Fernandes Vieira, 618, Loja 04, Bonfim, CEP 90.210, fone: 27-4642. *Rio de Janeiro:* Rua Senador Dantas, 117, Sala 1.414, CEP 20.031.